



APRESENTAÇÃO

Resultado do II Congresso  
Internacional de Proteção de Dados  
Pessoais e Direitos Humanos

## REVISTA DE DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

# 2º Congresso Internacional de Proteção de Dados e Direitos Humanos (CIPDDH)

Lucas Catib De Laurentiis<sup>1</sup> , Felipe Grizotto Ferreira<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito. Campinas, SP, Brasil. Correspondência para: L. C. Laurentiis. E-mail: <coord.ppgdireito@puc-campinas.edu.br>.

As atividades de tratamento de dados pessoais estão cada vez mais difundidas na sociedade civil e nas ações do Poder Público. Isso ocorre na medida em que as soluções tecnológicas avançam, pois o processamento de dados é pedra angular para o funcionamento e o próprio desenvolvimento dos aparatos tecnológicos. Um dos ápices deste ponto é o atual cenário de uso da Inteligência Artificial (IA)<sup>2</sup>.

O desenvolvimento e a utilização da inteligência artificial são, atualmente, elementos-chave para o avanço econômico e social de qualquer país<sup>3</sup>. Por outro lado, o tratamento generalizado de dados pessoais e os impactos socioeconômicos da IA impõem sérios desafios para a sociedade. Invasões à privacidade, a perpetuação de informações, discriminações algorítmicas, a facilidade de disseminação de desinformação, violações de direitos de propriedade intelectual, mudanças no processo de aprendizagem e de ensino são alguns desses reverses<sup>4</sup>.

Nesse contexto, o 2º Congresso Internacional de Proteção de Dados Pessoais e Direitos Humanos (CIPDDH) teve como finalidade a produção e difusão de reflexões profundas sobre os desafios mencionados. Parte desse ideal foi atingido por meio da realização de grupos de trabalhos e a participação ativa da comunidade acadêmica.

É com grande satisfação, portanto, que apresentamos os anais da segunda edição do CIPDDH, um evento de impacto na área que reuniu acadêmicos, pesquisadores, profissionais e estudantes para debater temas cruciais na interseção entre proteção de dados e direitos humanos, com especial ênfase na regulação da inteligência artificial.

O CIPDDH contou com sete Grupos de Trabalho (GTs), cada um abordando diferentes aspectos e desafios contemporâneos da proteção de dados. A estrutura dos GTs foi cuidadosamente planejada para cobrir uma ampla gama de tópicos, garantindo uma discussão rica e diversificada:

1. Dilemas atuais da proteção de dados e os direitos humanos;

<sup>2</sup> Nesse sentido: Wolfgang, H.-R. *Teoria geral do direito digital: transformação digital: desafios para o Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

<sup>3</sup> Sobre a importância geopolítica e regulatória da IA, conferir: Roberts, H. et al. Achieving a 'Good AI Society': Comparing the Aims and Progress of the EU and the US. *Science and Engineering Ethics*, v. 27, n. 68, p. 1-25, 2021 e Roberts, H. et al. The Chinese approach to artificial intelligence: an analysis of policy, ethics, and regulation, *AI & Society*, v. 36, n. 1, p. 59-77, 2021.

<sup>4</sup> Para uma discussão ampla em âmbito nacional, ver: Frazão, A.; Mulholland, C. (org.). *Inteligência artificial e Direito: ética, regulação e responsabilidade*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

2. Dilemas atuais da proteção de dados no setor público;
3. Proteção de dados e a regulação da inteligência artificial;
4. Discriminação e inteligência artificial;
5. Proteção de dados e cidades inteligentes;
6. Proteção de dados, compliance e os desafios corporativos;
7. Proteção de dados, controle social e segurança pública.

O processo de submissão e avaliação dos trabalhos foi conduzido de forma inclusiva, seguindo as diretrizes estabelecidas no Edital de chamada de submissão. **Buscamos garantir que a avaliação considerasse não apenas a qualidade técnica e acadêmica dos trabalhos, mas também incentivasse a participação de pesquisadores iniciantes, incluindo alunos e alunas de graduação.**

Esse enfoque inclusivo permitiu a criação de um espaço democrático e estimulante para a formação de novos talentos na área e os debates que, em última análise, permite a difusão da cultura de proteção de dados e promoção dos direitos humanos. Isso é fundamental à medida que a mudança cultural é um fator-chave para o sucesso das regulações contemporâneas no âmbito tecnológico. Assim, os Anais complementam o restante da edição da revista, na qual a profundidade, originalidade e inovação das pesquisas tiveram um peso maior.

Os trabalhos aqui apresentados refletem a diversidade de perspectivas e abordagens sobre a proteção de dados e os direitos humanos. Eles trazem contribuições para o entendimento e a regulação das novas tecnologias, destacando tanto os avanços quanto os desafios que se apresentam no cenário atual.

Esperamos que os anais do CIPDDH sirvam como uma fonte de inspiração e conhecimento para todos os interessados na área. Agradecemos a todos os participantes, palestrantes, avaliadores e organizadores que tornaram este evento possível, especialmente os nossos apoiadores e patrocinadores:

- A. Carvalho, Benati Sociedade de Advogados;
- Almeida Alves – Núcleo Jurídico de Campinas;
- Barbosa Portugal Advogados;
- B2CON;
- Cardoso Toledo Advogados;
- Cláudio José Franzolin Advocacia;
- EXIN;
- FGV-SP Cidades;
- Finocchio & Ustra;
- Huck Otranto Camargo;
- Kryptus: soluções de criptografia, cibersegurança e defesa cibernética;
- Lawgorithm;
- RSC Online;
- Terin Luz Advogados.